



IX CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

Portugal, território de territórios

ÁREA TEMÁTICA: Migrações, Etnicidade e Racismo

QUOTIDIANOS DE JOVENS DE ETNIAS NÃO-DOMINANTES EM TORNO DA CIDADANIA EUROPEIA

PINHEIRO, Sara Filipa

Mestre em Ciências da Educação, Escola, Currículo e Gestão Educacional, CIIE – Centro de Investigação e Intervenção Educativas da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), sarapinho@fpce.up.pt

MACEDO, Eunice

Professora Doutora em Ciências da Educação, Educação, Género e Cidadania, CIIE – Centro de Investigação e Intervenção Educativas da FPCEUP, eunice@fpce.up.pt

Resumo

Considerando a etnia como construção social (Behtoui, 2006) e como forma de identidade (Seabra, 1999), e que a etnia, como coesão de grupo, se distancia da noção de *raça* ou *povo* (Mendes, 2010), esta comunicação reflete sobre o modo como a cidadania europeia (CE) dos/as jovens é construída e se deixa construir. Questionamos *se e como* estudantes de diferentes etnias que frequentam a *Escola Quotidianos de Profissionalização*, se sentem acolhidos e vivenciam a CE. Este projeto assenta num estudo de caso que decorre numa escola profissional de economia social, com jovens entre os 15 e os 25 anos, de diferentes cursos, muitos deles/as com processos de insucesso e alguns de abandono escolar. Para a discussão trazemos as categorias emergentes dos dados da observação de tipo etnográfico e da DFG, em espaços da escola, que desafiam o debate e partilha de conhecimento, numa lógica interpretativa. Tratando-se de um projeto, que devido ao carácter exploratório, espera-se conseguir salientar e colocar em evidência algumas das perspetivas de jovens de etnias não dominantes, na sua compreensão sobre a cidadania e a CE, contudo este trabalho por ser ainda exploratório não permite completar a análise do impacto da dimensão étnica nas cidadanias.

Abstract

Considering that ethnicity is a social construction (Behtoui, 2006) and a form of identity (Seabra, 1999), and that ethnicity, as group cohesion, is far from the concept of race or people (Mendes, 2010), this paper reflects on how European citizenship (EC) of young adults is constructed and allowed to be build. We question whether and how students from different ethnic groups who attend the *School of Daily Professionalisation*, feel welcome and experience the EC. This project is based on a case study that takes place in a vocational school of social economy, with people aged between 15 and 25 years, in different courses, many of them with processes of failure and some of early school leaving. We bring to discussion the emerging categories of data from ethnographic observation and the Focus Group Discussion, in school spaces, which challenge the debate and knowledge sharing, within an interpretative logic. In the case of a project that due to the exploratory nature, it is expected to point out and to highlight some of the perspectives of non-dominant ethnic groups of young adults, in their understanding of citizenship and EC, however this work to be even exploratory no allows complete analysis of the impact of the ethnic dimension in citizenship.

Palavras-chave: Etnias não-dominantes; origens diferenciadoras; cidadania europeia; escola profissional.

Keywords: Non-dominant ethnics groups; differentiating backgrounds; European citizenship; vocational school.

[COM0256]

Nota Introdutória

Interessa construir este debate em função de dois eixos fundamentais, nomeadamente, compreender o que jovens de *etnias não dominantes* nos trazem como sentimento de pertença ou não pertença à Cidadania Europeia (CE) e quais as suas interpretações e conceções sobre a própria cidadania e CE, tanto no mundo para além da escola, como, e principalmente, na voz e escuta ativa dentro da *Escola Quotidianos de Profissionalização* (QP). Assim analisar-se-á o que se interpreta dos dados recolhidos através da observação de tipo etnográfico e o que os/as jovens transmitiram quando escutados, através do GDF (Grupo de Discussão Focalizada), no que respeita às suas opiniões sobre a cidadania e a CE e a sua relação dentro da escola, atendendo às diferentes etnias que a constituem. Tem-se em consideração que se, por um lado, a etnia se relaciona com modalidades de pertença cultural (Council of Europe, 2008), esta pode também representar uma “nova” forma de desigualdade, a par das dimensões de classe social e de género (Casa-Nova, 2001) e da presença de culturas distintas, como características das sociedades contemporâneas em que as diferenças étnicas estão mais evidenciadas (Perotti, 1997). A relação entre as sociedades atuais e os sujeitos reflete as dinâmicas de globalização, em que se integra a cidadania europeia (CE). Enfatiza-se o foco nos direitos humanos, compreendidos na sua ampliação transnacional (Santos, 2014), que fomenta a participação cívica e na CE e desafia a diversidade. Emerge uma discussão sociológica abrangente sobre a CE que a insere no debate global sobre educação e sociedade (Arnot, 2009). De forma complementar são colocadas perante uma nova ‘luz’ questões como igualdade, justiça social e inclusão, constituindo-se relevantes na educação (Arnot, 2009; Araújo, 2007) e na compreensão da CE.

O conceito de *etnias não-dominantes* diz respeito a uma categorização relativamente a diferentes ‘tipos’ de cor de pele (...) ou diferentes ‘culturas’, e tem sido muitas vezes determinado pelos interesses sociais das pessoas envolvidas nessa categorização (Anthias e Yuval-Davis, 1993). A ‘categorização’ racial/étnica é determinada por influências históricas e sociais, que mudam no tempo e no espaço (Behtoui, 2006). Por seu lado, Zenner salienta que os grupos étnicos partilham aspetos comuns, que podem ser raciais (cor), religiosos, linguísticos, ocupacionais ou regionais. A combinação destes aspetos marca as identidades. Enfatiza a crença numa ancestralidade partilhada, enquanto marca que distingue os grupos étnicos (Mendes, 2010). Reforçando a perspetiva de Mendes compreende-se que os/as jovens de etnias não-dominantes podem não se identificar com o conceito de CE, pelo distanciamento com que veem a UE e as suas práticas e intenções, como a formulação da cidadania. Contudo, questionamo-nos ao longo da investigação, sobre o facto de jovens de origem portuguesa poderem à semelhança dos/as seus/suas colegas sentir que a CE é algo em construção, mas não evidenciam claramente um sentimento de pertença para com a CE. À semelhança do que nos afirmam Stoer & Magalhães parece significativo olhar para o ‘outro’ reconhecendo a ‘nossa’ alteridade, “pois neste conflito (diálogo) a diferença também somos nós” (Stoer & Magalhães, 2005, pp.100). Trata-se, pois, de um problema pertinente uma vez que estamos perante um tema que se pretende de acesso comum às pessoas jovens nas escolas. O caminho até aos/às jovens não é uniforme dada a forma como cada jovem acolhe a diversidade e reconhece (ou não) no/a outro/a a diferença. Reconhece-se em cada jovem as suas especificidades, o seu meio de origem, género e etnia, especificidades estas que podem estar associadas a maiores ou menores riscos e dificuldades destes/as jovens na educação, potenciando diferentes formas de relação com a cidadania europeia.

De acordo com Seabra as *etnias não-dominantes* entendem-se como “uma forma de identidade, com a particularidade de ser a que é socialmente tornada saliente nos países de acolhimento das minorias étnicas, e deve ser considerada no jogo complexo de produção das identidades” (Seabra, 1999, pp.15). Capacita-se assim a necessidade de pensar o papel da Escola e desta Escola em particular, num contexto onde a diversidade é um pilar a ter em consideração,

“trespassado por desigualdades e exclusões dos mais variados tipos, nomeadamente as que se relacionam com a etnia e a cultura. Falamos da educação para os valores, para a paz, para os direitos humanos, democracia, cidadania e igualdade de oportunidades, para a tolerância e convivência, de educação anti-racista e anti-xenófoba, etc. – Educação multi-intercultural. Porém, no nosso dia-a-dia somos, amiúde, confrontados com estereótipos e preconceitos, com manifestações de intolerância, marginalização, racismo, xenofobia, nos mais variados espaços sociais, em especial na Escola” (Peres, 2011, pp.38).

Tais conceptualizações permitem inferir que num mundo e numa escola que se pretendem interculturais, ser cidadão/ã é também ter direito a manter as diferenças culturais na esfera pública (Ansion & Tubino, 2007). Pode dizer-se que ao longo desta discussão se pretende evidenciar esta perspetiva, quer por parte dos/as jovens, quer em situações que atravessaram, ao mesmo tempo que ainda se verifica um longo caminho numa visão intercultural, privilegiando-se o direito a manter as diferenças. Espera-se assim da escola intervenção no sentido de formar cidadãos[/ãs], mas também de os/as preparar enquanto “trabalhadores[/as] aptos para a estrutura ocupacional, conceptualizados ambos como potencialmente em harmonia. Esta *escola da sociedade* (Touraine, 1997) tem o seu auge, no pós-guerra, no processo de realização da *escola para todos*” (Stoer & Magalhães, 2005, pp.91-92). Neste sentido, parece importante refletir que a Escola tem ainda um desafio à cidadania e à CE, dentro das suas vivências, uma vez que, a *escola para todos*, implica também que esta seja uma escola que escute os/as seus/suas principais atores, e que para além de os/as escutar consiga envolvê-los/as naquilo que afirmamos ser a construção de uma cidadania e de uma cidadania europeia ativas e participativas. “As cidadanias surgem, assim, elas próprias como diferenças cuja legitimidade reside nelas mesmas («como diferentes, temos o direito de ser iguais»). A questão está em saber qual o limite dessa coincidência da cidadania com a diferença” (ibidem: pp.97).

E é nesta linha em que se defende que sendo diferentes temos o direito à igualdade, que pela sua diversidade e amplitude o constructo de *etnias não dominantes* pode relacionar-se com o conceito de CE (Cidadania Europeia) no sentido em que a CE se preocupa com o sentimento de pertença social e cultural, e o exercício de uma cidadania reflexiva, baseada em direitos. Este é portanto, um debate sobre o qual interessa refletir, uma vez que, a construção e desenvolvimento da UE (União Europeia) tem vindo a assentar no mito do desenvolvimento de uma cidadania comum, que seria construída com base em valores e pilares estruturantes de sociedades que se pretendem cada vez mais harmonizadas. As políticas educativas são disso exemplo, uma vez que a investigação mostra que “o impacto europeu nas políticas educativas dos estados obriga a reconhecer a influência crescente da União Europeia nas políticas educativas por toda a Europa” com impactos e interpretações distintas pelos estados (Macedo, 2011, pp.20). Assim, a UE tem-se tornado cada vez mais relevante nas discussões sobre o futuro da cidadania (Preuss et al., 2003).

Numa perspetiva abrangente, Santos (2014) pensa a cidadania enquanto democracia, e enquanto garantia de direitos políticos, civis, sociais, económicos e culturais. Isto permite estabelecer uma interligação entre a cidadania (mais vinculada ao estado) e a cidadania europeia como realidades que se pretendem mais próximas, num contexto global. Apesar de *cidadania* ser um conceito com uma desconcertante diversidade de interpretações, poderia admitir-se que a cidadania europeia, em democracia, tem potencial para ampliar a cidadania ao nível nacional, uma questão que os desequilíbrios políticos, económicos e sociais entre estados membros obriga a questionar. Num período histórico anterior à crise europeia e mundial, Meier & Lombardo (2008) foram além da discussão dos direitos da cidadania europeia, na democracia, para argumentar que aquela opera em vários sentidos e assume diferentes significados, não se podendo debater a partir de uma abordagem única. Com base nestes autores, compreende-se que o conceito de cidadania europeia poderia referir a união entre as diferentes origens e a construção de diferentes significados, de acordo com as perspetivas culturais e sociais dos sujeitos, procurando uma democracia que se efetivasse no reconhecimento de direitos que se aproxime de uma estabilidade transversal a diferentes áreas.

Na relação entre os conceitos de *etnias não-dominantes* e de *cidadania europeia* pode encontrar-se divergência e convergência pois, se por um lado, o facto de discutirmos o conceito de *etnias não-dominantes* significa trazer para a discussão a diferença na cor da pele, na cultura, nos interesses sociais, como defende Behtoui, por outro, a CE acarreta uma indagação constante quanto à criação de proximidade à realização dos direitos e à identificação dos sujeitos às sociedades a que pertencem, através de um esforço de conciliação das diferenças, sejam elas de origem, sociais, culturais ou da cor de pele. É nesta procura de sentidos e significados entre os sujeitos que as diferenças podem conduzir a aproximação ou distanciamento à cidadania.

1. Metodologia

Após contextualizar teoricamente o projeto aqui em debate, apresenta-se a metodologia, especificamente no que concerne à recolha de dados e à questão orientadora que permite nortear a recolha. Até ao momento desenvolveu-se um trabalho exploratório, no qual o estudo de caso irá assentar. A questão que orienta esta investigação consiste em compreender *como se posicionam jovens de diferentes etnias e origens face à pertença e identificação com a Cidadania Europeia (CE) na Escola Quotidianos de Profissionalização (QP)*ⁱ?

A pesquisa envolverá um conjunto de jovens, entre os 15 e os 25 anos, no interior de uma organização. Para que se consiga buscar as diferentes perspetivas existentes na Escola em estudo, optou-se por assentar a recolha de dados em diferentes níveis, nomeadamente, numa primeira fase decidiu-se realizar observação de tipo etnográfico ao longo de 5 meses, nos quotidianos da Escola, junto dos/as jovens. Já na fase posterior começaram a desenvolver-se as Discussões Focalizadas em Grupo (DFG) com os/as jovens de uma turma, em duas sessões distintas, com o objetivo de fomentar a discussão e as perspetivas jovens, envolvendo-os/as em dinâmicas de grupo, que permitem por um lado, contribuir para conhecimentos mais aprofundados sobre a Cidadania Europeia, e por outro, compreender a sensibilidade, motivação e interesses sobre o tema. À medida que serão desenvolvidas as DFG serão também desenvolvidas entrevistas semi-diretivas junto dos/as formadores/as e diretor, no sentido de compreender inteiramente o contexto e as suas práticas, analisando as diferentes e complementares visões de quem faz parte da escola, com centralidade nos/as jovens, mas também auscultando formadores/as, diretor e funcionários/as, no sentido de complementar, questionar e problematizar a escuta considerando a “polifonia das vozes” (Araújo, 2007). Numa fase final, pretende-se realizar junto de alguns/mas jovens entrevistas semi-diretivas de aprofundamento, com o objetivo de questionar, investigar e dirigir alguns dos dados anteriormente recolhidos, precisamente com esses/as jovens.

Importa, contudo, salvaguardar que até ao momento foi desenvolvida uma entrevista semi-diretiva, junto do diretor da Escola, realizou-se a observação do tipo etnográfico ao longo de sensivelmente 3 meses e ainda uma DFG dividida em duas sessões distintas, junto da mesma turma. Os dados trabalhados para esta discussão assentaram na recolha de dados da observação de tipo etnográfico, assim como na Discussão Focalizada em Grupo, resultado das duas sessões.

Para finalizar a explicitação metodológica interessa compreender que a finalidade destas opções baseia-se na construção com os/as jovens de uma relação, com um carácter de alguma proximidade, trazendo de si e para si uma “pesquisa qualitativa interpretativista” que assume a interferência da subjetividade da investigadora na recolha e análise de dados (Macedo, 2011). Tendo em consideração que esta investigação assenta num estudo de caso, a pesquisa qualitativa interpretativista das vozes que constituem a escola torna-se fundamental para compreender o contexto no seu todo, porque considerando que o estudo assenta numa única escola, em que todos/as os/as seus/suas intervenientes têm vozes e considera-se fundamental escutá-las. Exploram-se possibilidades de construção de relações significativas entre dados, que podem levar à compreensão de conexões entre os sentidos produzidos pelos/as participantes e o que é analisado (Thomas, 2003). Desejamos trazer as categorias emergentes dos dados da observação etnográfica e da DFG desenvolvidas no estudo exploratório, e confrontar as vozes jovens com perspetivas teóricas, considerando o debate que aqui se apresenta.

2. As vozes indiretas dos jovens

Neste ponto vamos retratar a entrada na investigação, através da observação de tipo etnográfico, mostrando as opiniões dos/as jovens, captadas através das observações realizadas em contexto de aula. Através das observações aqui retratadas pode compreender-se que há um sentimento simultaneamente de estranheza e proximidade nas primeiras vezes em que a investigadora observa o contexto de sala-de-aula. Parte-se assim para o que se pode chamar do princípio da existência de uma *relação de estranheza* (Silva, 2011) relativamente ao objeto de investigação, pois a construção do objeto de estudo, das teorias e conceitos hipoteticamente pensados, é também criada num vaivém entre distanciamento e aproximação, no sentido de aprofundar um diálogo sobre este fenómeno educativo e social.

- ❖ O rapaz, de origem PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) “tentava chamar a minha atenção, rodando na cadeira, e dizendo que a única coisa que funcionava naquela escola, era a cadeira e que só podia rodar durante a aula, e que não daria para fazer mais nada” (Nota de Terreno, NT6) .
- ❖ “Senti que este rapaz foi o que mais sentiu a minha presença, no sentido da estranheza/proximidade, desejando perceber porque estava ali, tentando por outro lado, chamar a minha atenção” (NT6).
- ❖ “Durante a aula foi também perceptível para mim que o MB se coloca muitas vezes em questão, pela sua origem, colocando-se ele próprio “à parte” do grupo ou distanciando-se pela sua cultura das perspetivas do restante grupo – turma” (NT7).

3.1. Pele não-branca e a Cidadania Europeia: o que contrasta!

Este título surge a partir das *vozes indiretas* dos/as jovens tendo em atenção alguns “desabafos” e opiniões que escutei de uma jovem de origem PALOP e de outros/as jovens de nacionalidade portuguesa.

- ❖ “Ouvi uma frase que me chamou bastante a atenção, uma das jovens da turma, perante a minha apresentação, na parte em que falei do modo como se sentiam perante a cidadania europeia, disse – em voz alta, mas como estando a conversar para si mesma – europeia não, eu sou preta. (...) Fez-me logo parar e pensar (...) que nesta pequena frase, dita por uma jovem de origem dos PALOP, tenho aqui tanto conteúdo para debater, refletir e desconstruir” (NT3).
- ❖ “Quando terminei a apresentação perguntei se tinham alguma dúvida ou questão para me colocar, e eles/as perguntaram-me: Porquê estudar-nos a nós? Eu expliquei (...) que me interessa por estudar a cidadania e a cidadania europeia, num contexto de uma escola profissional, com jovens de diferentes cursos (...) que me podem dar uma amplitude e diversidade de respostas e perspetivas, não só das suas vivências em contexto escolar, mas também dos seus quotidianos, em todas as esferas das suas vidas” (NT3).

A partir do primeiro excerto pode refletir-se o sentimento de não pertença, que no caso específico desta jovem, incidiu na sua perspetiva sobre a CE, ou seja, esta jovem exteriorizou que não sente nenhum tipo de relação com a União Europeia e com a CE, atribuindo essa ausência de sentimentos à sua cor da pele. Sente-se um contraste significativo dos objetivos a que a CE se propõe, ao longo de várias décadas, objetivos estes expressos em documentos normativos e orientadores, compreendendo por outro lado, que perante situações reais, nem sempre as pessoas envolvidas se sentem identificadas e compreendidas na sua diferença, que deve posicionar-se com igualdade.

3.2. As diferenças ao nosso olhar

Este item que se apelida de *as diferenças ao nosso olhar* é particularmente importante pelas ‘diferenças’ culturais que aqui ficam representadas, e que mostram uma diversidade social e cultural enriquecedora numa mescla de etnias, característica desta escola.

- ❖ “A formadora M. fez a chamada (...) e repara que a SN. estava vestida de um modo diferente do habitual, estava com burca. Então a formadora perguntou o motivo, sendo que já tinha conhecimento da sua religião muçulmana. SN. explicou que estão na altura do ramadão. A partir daí os/as vários/as colegas expressaram muita curiosidade sobre a religião e os supostos sacrifícios inerentes ao ramadão. Questionavam muito a importância de todos aqueles sacrifícios” (NT 10).
- ❖ “A SN. tem um ar discreto e tímido, mas reage bem a todas as observações e curiosidades dos/as colegas, é como se de repente a sua vida tivesse um destaque, e ela pudesse conversar com os/as seus/suas colegas e formadora e explicar o que vive e o que sente... “(NT10).

Esta observação permite compreender o modo como os/as colegas e a formadora lidam com uma situação que é para eles/as “diferente” do habitual, apesar de a SN. fazer parte da turma desde o início, sendo enriquecedor do ponto de vista de desejarem conhecer melhor as vivências e experiências da colega SN., por outro lado, releva ainda algum desfasamento entre culturas diferentes. Interessa ainda salientar o modo como a SN. lida com as questões e as dúvidas da formadora e dos/as colegas, é como se a sua vida, as suas experiências e a sua cultura se tornassem relevantes para aquele contexto, um contexto do qual faz parte, com as devidas “diferenças”. Na perspectiva de Peres é essencial pensar a Educação, na figura da Escola, como um meio para conciliar diferenças, criar valores, como a igualdade, a democracia, a cidadania e a tolerância, e através desta nota de terreno pensa-se que estes/as jovens tentando compreender e conhecer melhor a cultura da colega, apesar das diferenças culturais, encontram-se sensibilizados para a prática de uma educação democrática, com valores e com respeito e integração de todas as culturas, considerando que esta curiosidade e interesse foram bastante enriquecedores, no sentido de promover a interação, a promoção da integração, num ideal de interculturalidade e de prática da cidadania.

3. As vozes dos/as jovens em direto

Neste ponto abordam-se as vozes jovens em discurso direto, no sentido de que se selecionam excertos das opiniões decorrentes da DFG, ao longo da primeira sessão realizada. Assim, emergem como categorias principais os significados da cidadania e da CE, a importância da cidadania nas relações e por último, os desafios de cidadania que na nossa perspectiva são colocados à *Escola Quotidianos de Profissionalização*. De seguida, apresentam-se alguns dados que permitem questionar e discutir a relação da cidadania e da CE, com a escola sob as vozes dos/as jovens.

4.1. Significado (s) da Cidadania e da Cidadania Europeia

No que respeita aos significados da cidadania e da CE, de acordo com as vozes jovens, interessa refletir sobre estes diálogos, que aconteceram ao longo da primeira sessão da Discussão Focalizada em Grupo.

- ❖ “Respeitar as diferenças entre os outros”; “Não ser racista, neste caso, aceitar os colegas, tal como eles são” (JL).
- ❖ “Não é racismo, eu acho que é mais preconceito, já não é tanto o termo racismo, é preconceito, porque as pessoas são muito preconceituosas, umas com as outras, tanto a nível de cor, de estatuto, ou a forma como as pessoas se vestem ou, como falam” (MC).
- ❖ “Ser humildes”; “Não ser homofóbicos” (AMA).

O grupo que constitui esta primeira DFG defende que a cidadania e a CE devem ter em atenção o respeito pelo/a outro/a, nas suas diferentes opções ou formas de estar e viver. Acreditam que desenvolver a cidadania e a CE na escola implica que ninguém seja preconceituoso, defendem assim conceitos bastante completos e complexos, que vão de encontro à linha de pensamento de Keating (2009), a qual defende a cidadania europeia como conceito que vai além de um conjunto de direitos e deveres, relativos à convivência entre pessoas de origens distintas tendo, para além disso, como objetivo desenvolver uma união entre cidadãos/ãs,

através das suas culturas, valores, competências educativas e perspetivas para o futuro. E é nesta perspetiva que os/as próprios/as jovens se posicionam, defendendo que a cidadania e a CE deve ter em consideração as particularidades e especificidades de cada pessoa.

4.2. A importância da cidadania nas relações de trabalho

Quando questionados sobre o modo como as suas relações nos estágios se desenvolveram e como concebem as relações de trabalho, tendo em atenção a prática da cidadania os/as jovens responderam:

- ❖ “Respeitar os nossos colegas de trabalho, os direitos que eles têm também. Os direitos que os trabalhadores também têm que ter, há muitos que nem conhecem os seus direitos, eu por exemplo conheço tudo” (JL).

Relações entre jovens na Escola (as diferenças nos níveis de ensino)

- ❖ “Eles não sabem o que é cidadania, eu acho que fizeram muito mal em ter tirado formação cívica e estudo acompanhado do 5º até ao 9º ano, porque eu tive isso” (MC).

Analisando a perspetiva da cidadania que os/as jovens têm nas suas vivências na escola e em locais de trabalho pode interpretar-se que a construção da cidadania ganha sentido quando opera a distintos níveis. Se por um lado, deve permitir a reflexão sobre direitos e deveres, nos quais os/as jovens se poderão rever (ou não), por outro lado deve estimular a (inter)relação com os países ‘vizinhos’ europeus, permitindo estabelecer pontes para a interculturalidade a um nível mais global.

4.3. Desafios à cidadania na *Escola Quotidianos de Profissionalização* (QP)

Por fim, debate-se neste trabalho os desafios que a *Escola Quotidianos de Profissionalização* (QP) atravessa no sentido de desenvolver e praticar a cidadania, com vista a uma evolução da CE. Os/As jovens afirmam:

- ❖ “Há uns dias atrás fomos desrespeitados, porque queríamos, queríamos fazer o trabalho (...) de economia e fomos para uma sala de TIC, em que estavam lá alunos, nos computadores, supostamente a fazer o trabalho, e mal o professor virava costas (...) E nós queríamos trabalhar e não tínhamos meios”. (AMA)
- ❖ “Nós desde novembro ou dezembro estamos à espera da aprovação dos projetos da PAP. E nem um foi aprovado e houve a Stôra I., eu tive a falar com ela, e ela disse que ia fazer reunião com as outras professoras que faltavam e uma delas e ainda não marcou a reunião para fazer”. (AS)
- ❖ “Fizemos 3 requerimentos e nunca nos foi dado o aquecedor, (...) eu manifestei-me e pus, na porta da sala, a idade do gelo, e uma das diretoras da escola chamou-me e eu fui falar com ela e logo a seguir tivemos um aquecedor”. (AMA)

Neste último item discute-se que a cidadania – estando associada à educação – fica assim, essencialmente atribuída à Escola, desenhada como a instituição socializadora dos indivíduos, entre outros contextos nos quais estes desenvolvem cidadania, dado que é o lugar onde as capacidades destes se podem libertar da tradição e onde, ao mesmo tempo, se reforçam os valores da comunidade, agora dimensionada em termos de nação. E é neste sentido que a debate entre a cidadania europeia e a etnia adquire sentido, porque é na construção de uma que a outra se pode ou não rever, se pode ou não identificar, se pode ou não dar ao direito da diferença.

4. Nota conclusiva

Como nota conclusiva importa refletir que ao longo deste texto se destacaram as opiniões dos/as jovens e as perceções que surgiram com a observação de tipo etnográfico, tendo-se compreendido que estes/as têm de um modo geral uma opinião bastante completa e complexa do conceito de CE e da sua relação com a etnia,

mesmo que em determinadas circunstâncias não se figure uma identificação com a CE, atendendo à mescla de etnias, contudo, constitui como desafio à Escola QP desenvolver a capacidade de escuta das diferentes figuras que constituem a escola, no sentido de aproximar as relações entre a cidadania e as *etnias não-dominantes*, atravessando o respeito pelas vozes dos/as mais jovens, tendo-as em consideração, como atores participativos/as na construção de uma cidadania e CE ativa no interior da sua própria escola.

Dado o carácter exploratório do trabalho aqui apresentado, não foi ainda possível estabelecer relações entre as localizações estruturais dos/as jovens com que se desenvolveu o estudo, em termos étnicos, embora fosse esse o objetivo expresso desta reflexão.

Referências

Ansion, Juan; Tubino, Fidel (Eds.) (2007). *Educar em Ciudadanía Intercultural: Experiencias y retos en la formación de estudiantes universitarios indígenas*. Perú: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú.

Araújo, Helena Costa (2007). Cidadania na sua polifonia – Debates nos estudos de educação feministas, *Educação, Sociedade e Culturas*, 25, 83-116.

Annot, Madeleine (2009). *Educating the Gendered Citizen: Sociological Engagements with National and Global Agendas*. London and New York: Routledge.

Behtoui, Alireza (2006). *The Impact of Social Capital and Recruitment Methods on Immigrants and Their children in the Swedish Labour Market*. Sweden: Linköping.

Casa-Nova, Maria José (2001). Etnicidade e Classes Sociais: Em torno do valor heurístico da conceptualização da etnia como categoria social, *Educação, Sociedade e Culturas*, 16, 63-82.

Council of Europe (2008). *White Paper on Intercultural Dialogue: Living Together As Equals in Dignity*. Strasbourg: Ministers of Foreign Affairs. Disponível em: http://www.coe.int/t/dg4/intercultural/whitepaper_interculturaldialogue_2_EN.asp. Retirado em: 1 maio. 2015.

Keating, Avril (2009). Educating Europe's citizens: moving from national to post-national models of educating for European citizenship, *Citizenship Studies* 13(2), 135–151. DOI: 10.1080/13621020902731140.

Macedo, Eunice (2011). *Os Rankings, por outro lado... Possibilidades de cidadania jovem, na tensão da mudança educativa e social*. (Tese de doutoramento não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Mendes, Maria Manuela Ferreira (2010). *Imigração, Identidades e Discriminação: Imigrantes Russos e Ucrainianos na Área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Meier, Petra & Lombardo, Emanuela (2008). Concepts of citizenship underlying EU gender equality policies, *Citizenship Studies*, 12(5), 481–493.

Peres, Américo Nunes (2011). *Educação Intercultural e Cidadania*. Chaves: Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia (APAP).

Perotti, Antonio (1997). *Apologia do Intercultural*. Lisboa: Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural.

Preuss, Ulrich K; Everson, Michelle; Koenig-Archibugi, Mathias & Lefebvre, Edwige (2003). Traditions of Citizenship in the European Union, *Citizenship Studies*, 7(1), 3-14. <http://dx.doi.org/10.1080/1362102032000048675>.

Santos, Boaventura de Sousa (2014). *Se Deus fosse um ativista dos Direitos Humanos*. Almedina.

Seabra, Teresa (1999). *Educação nas Famílias: Etnicidade e classes sociais*. Lisboa: ME - Instituto de Inovação Educacional.

Silva, Sofia Marques da (2011). “Getting closer to the strangler?: methodological and conceptual challenges in educational contexts”. In Tobias Werler, *Heterogeneity: general didactics meets the stranger*. (pp. 55-64). Münster: Waxmann.

Stoer, Stephen & Magalhães, António (2005). *A Diferença Somos Nós: A gestão da Mudança Social e as Políticas Educativas e Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.

Thomas, Robert (2003). *Blending qualitative and quantitative research methods in thesis and dissertations*. Thousand Oaks: Corwin Press.

Touraine, Alain (1997). *Iguais e Diferentes: Poderemos Viver Juntos?* Lisboa: Instituto Piaget.

ⁱ No resumo apresentamos como nome para a escola – *Escola em Branco*, contudo, com o avançar do trabalho de investigação pensamos que seria mais adequado adotarmos o nome: *Escola de Quotidianos de Profissionalização*.